

Proposta para uma boa Universidade: notas sobre a crise

Albério Neves Filho;

Professor do Dept. Relações Internacionais.

Fac. Ciências Humanas e Sociais-UNESP-FRANCA.

Universidade Estadual Paulista.

Mai-Junho, 2014.

Introdução

Algumas questões gerais e específicas para serem notadas quando nos defrontamos com as imposições e demandas que recaem sobre nossa verve intelectual e que necessitamos ter como resposta imediata, porém mediatizadas pela nossa história da Universidade e pelas condições efetivas.

Primeiro, para nossa situação presente nossas condições de origem tem lá o seu peso e consequências e surgem mais ou menos de maneira semelhante à construção das Universidades brasileiras, bem como do seu Ensino de nível superior. Aquela situação histórica, visto de forma muito ampla, e anterior a Ditadura Civil-Militar por onde surgimos expressava, de saída, uma vinculação entre a Universidade e a Sociedade brasileira, como um todo, derivada de uma crescente participação política popular que amalgamava suas concepções estéticas e criativas de natureza política classista. Assim, aspirava-se através dessa um dos sentidos da Ilustração, a busca democrática-republicana, com a contestação e envolvimento do mundo acadêmico na configuração dessas possibilidades, expressando-as em reflexões sobre os fundamentos nacionais e internacionais das atividades políticas, científicas e filosóficas que em seu interior, deveria se desenvolver.

Havia ali perante a diversos tipos de contradições, uma proposta de transformação da vida política e institucional do País, como um todo, no qual possuíam importância decisiva os valores políticos Democráticos e Republicanos. E obviamente, nesse sentido, Universidade e Sociedade faziam e ainda são corpos de uma totalidade mais geral a qual configura nossa história como um todo. Se assim unidos, a Ditadura Civil-Militar, hoje bastante evidente, rompeu tanto com as possibilidades assim abertas pelas forças criativas e estéticas de natureza popular do período, como também reprimiu e buscou excluir os atores e pressupostos contidos e havidos no interior da possível transformação e amalgamento democráticos, cancelando o caminho que vinculava esse projeto de mudança e a participação da Universidade, naqueles termos, neste.

Logo, após a Ditadura tudo havia mudado e especialmente os termos pelos quais a Universidade legitimava-se e surgia perante a Sociedade brasileira. O pressuposto de longa duração, agora, vinha a ser a reorganização universitária e a incorporação nesta dos critérios, valores e também dos objetivos próprios as finalidades das organizações privadas. Passo a passo, deveria a Universidade ser a portadora e disseminadora desses pressupostos frente à Sociedade, descartando-se como anacrônico e políticos, no sentido de negar as técnicas, aqueles supostos contidos em sua

vinculação Republicana para com esta.

Um projeto e uma política modernizante e conservadora toma corpo no interior dessas mudanças: caberia conceber de maneira exclusiva e dominante a pesquisa, ensino, extensão e as demais atividades culturais e intelectuais próprias ao mundo acadêmico, como algo útil e necessário nos termos da difusão dos valores e da utilidade, ao funcionamento mercantil da Sociedade que vai se instituindo ao final da Ditadura Civil-Militar.

Com isso, uma formulação fundante e de largo espectro mercantil/civilizante, pode escoar e ancorar as pretensões e objetividade do nosso conhecimento acadêmico, seja como elo de continuidade do que desenvolve-se no interior do período ditatorial para o Ensino Superior, seja como uma captura e submissão internas dessas novas condições econômicas e políticas desenhadas no pós-ditadura, rejeitando-se de maneira definitiva aquele referencial crítico que surge em sua condição original.

Mudanças nas características da legitimidade e na atuação da Universidade surgem como e na forma de diversos tipos de posturas e valores não-democráticos e não raro, na forma de crises, inclusive sob o sentido atual do conhecimento e da própria Universidade, que nos assolam continuamente.

A pseudo opulência dos novos tempos universitários, à luz dos indicadores produtivos os quais já nos acostumamos, vem a expressar o quanto reencaminhamos nossa história entre as concepções modernizantes que a alimenta desde dos anos de 1930 e aquela hoje colocada pela reprodução capitalista no interior da atual Sociedade brasileira. Nesse sentido, a modernização que vemos vale-se da interpretação de que alinhar-se à dinâmica dos avanços capitalistas globais e da redução conformadora do espírito crítico aos ganhos da engenharia social, são necessários e suficientes para conceber e gerenciar a Universidade brasileira.

Na rejeição dos aspectos mais liberais ilustrados que acompanham a fundação das nossas Universidades e na repressão das transformações que caminhavam no sentido dos valores e produção de conhecimento movidos pelos interesses populares Democráticos Republicanos, determinaram, portanto, a Universidade do presente. Essa impossibilidade pode ser examinada pela posição de submissão que ocupa nesta as Faculdade de Ciências Humanas. Entendidas há muito tempo como o aspecto chave da fundamentação do conhecimento científico e da formação dos cientistas em geral, essas hoje quando avessas a esse projeto, aparecem como obstáculos ao bom funcionamento da Universidade.

A racionalidade técnica sem ter como fazer a crítica dos fundamentos do conhecimento, por seu turno, atrelou-se à mera formulação quantitativa buscando nessa alteração ancorar sua legitimidade no interior mesmo da Universidade. Dai não fora difícil estipular-se nessa reengenharia um ordenamento da educação, do ensino e da pesquisa, em um hierarquia valorativa que desmonta a Grega Pedagogia inerente a construção crítica do saber.

E os custos provenientes de fazer da Universidade modernizada um ariete ideológico aprofunda a tragédia contida no próprio processo.

As contradições da escolha do projeto modernizante: natureza pública das universidades

Com a massiva incorporação da sociedade brasileira às teias da reprodução do capital, hoje observados na intensificação e aprofundamento das sociabilidades nela inscritos, ocorre uma mudança dramática nos termos pelos quais a Universidade fora redesenhada. Nesse redesenho, por sua vez, tomou relevo a condição pela qual a legitimidade do conhecimento e a busca de seus fundamentos logo articularam-se com a prática do poder político que dispõe o capital e, conseqüentemente, equacionou seus elementos de complexidade e fundamentação em função da melhor adequação destes aos seus desígnios.

A solução oferecida para as complexas questões do ensino, da pesquisa e extensão tanto das ciências básicas, como das humanidades, todas as formas de conhecimento que pressupõem narrativas, tem de antemão uma resposta: será tão mais aceita e, porquanto assim, validadas como verdadeiras, quanto mais exibir sua subordinação frente às sociabilidades e ao exercício do poder, decorrentes da conformação àquela reprodução do capital.

Dito de outra forma, a estranha e inquietante busca pelo conhecimento científico autônomo que se associa a busca pela verdade, perde seu sentido original e torna-se no interior dessa configuração organizacional uma típica construção racionalizada que indica virtude do conhecimento e ostentações iluminadas, que por si só é incapaz de produzir.

E, frisa-se, gira em torno da busca de validação dessa suposição a atual crise da Universidade. Longe de ser a negação da política, o projeto modernizante valida apenas a política que legitima o exercício deste poder, caso do *Mainstream*, no interior do espaço universitário. E entra, sistematicamente, em crise porque deve validar seja qual for a conjuntura e os elementos estruturais verdadeiros, tanto o exercício epistêmico da redutibilidade, quanto a refutação daquelas dimensões onto-epistêmicas de um tipo de conhecimento, cujo significado reflexivo ancora-se no pressuposto da prática do *ócio*, i.é, do valor da narrativa e suas suposições teóricas.

Porém, assim fazendo, termina por violar e corroer uma das suposições contidas no interior desse mesmo processo reprodutivo contemporâneo, o qual é demandador de ciências narrativas, bloqueando o necessário conhecimento da negação que o viabiliza. Seja para negá-lo de maneira radical; seja para criticá-lo em seus contornos sectaristas; seja para acomodá-lo inclusive aos seus próprios termos.

O empoderamento no interior da Instituição daqueles membros que advogam seu perfil organizacional, sustenta este projeto modernizante e quer fazer valer internamente os critérios decorrentes da lógica mercantil, aos supostos praticados pelos atores envolvidos no mundo universitário. Ocorre que aquela condição reflexiva onde a narrativa se faz, pressuposto do conhecimento para além da demanda mercantil como um todo, as críticas ao poder, em seu exercício, às sociabilidades, em suas normas constituintes, e ao conhecimento meramente útil, é por onde a narrativa toma sua legitimidade.

Múltiplas oposições tomam corpo, portanto, no aspecto decisivo desse projeto modernizante: ressalve-se,

dentre outras dimensões, que a formação pedagógica e de seus valores, própria à vivência acadêmica, não é equiparável à ausência de valores próprios à norma mercantil e, muito menos, de sua imposição à Instituição universitária. Evidente ainda que, se no bojo da construção da forma de ser na sociedade contemporânea brasileira inevitavelmente carrega consigo esses traços mercantis, toda a dificuldade resiste na aceitação acrítica de uma concepção única de mundo e na generalização de seu aburguesamento para usar-se de um termo velho, como modelo padrão.

Acarretando na negação que é constitutiva, na raiz dessa construção mesma, de uma prática, racionalidade e conjunto de valores os quais habitam uma outra concepção de mundo, proletária para utilizar-se de um termo antigo, por onde objetiva-se o sentido do contemporâneo, nega-se a Universidade de pesquisa. E com isso, nega-se no interior das pesquisas e da formação acadêmica os valores, méritos, a necessidade de esclarecimentos e uma dinâmica em estudo e educação que são partes dessa mesma concepção.

Bloqueia-se o surgimento do alegado princípio de falseamento da produção científica no interior do nosso mundo acadêmico ao censurar a livre ocorrência e manifestação desse polo que tece nossa condição histórica. Para usar uma linguagem de mercado: descarta-se a rivalidade que se faz no mercado das ideias, nesse sentido, vital aos valores pertencentes àquela lógica mercantil.

Essa clivagem, que tanto nos singulariza e porquanto assim também a nós nos universaliza, impacta de maneira específica nossa vida acadêmica na exata medida em que faz depender e coloca a Universidade como um dos atores políticos na construção mesma da sociedade brasileira, de maior relevância. Claro que, daí a legítima disputa pelo seu conceito, integra nela as reflexões sobre nossa própria história.

Porém, mais dramático e crítica essa constatação quando temos a expansão quantitativa e qualitativa da Universidade, como um projeto pertinente ao próprio processo de criação da ciência. Esta, mais abrangente e especializada, coloca a necessidade continuada de um maior número de cientistas, pesquisadores e estudantes, bem como em sua mediação interna, da demanda por uma vivência democratizada em seu interior, nos termos daqueles ausentes valores.

Porque democratizada, uma Instituição, portanto, fazendo-se avessa a aspirar uma forma organizacional para a concreção de seus fins últimos e no uso recursos que lhe são necessários. E, exatamente por esse motivo, não pode deixar de oferecer em seus vínculos com a Sociedade esse modelo pedagógico democrático de vivência social, confrontando-se dessa maneira com o modelo padrão, referenciado pela lógica mercantil.

Trazer as motivações que definem a Universidade naquele conjunto que unifica pesquisa, ensino e transmissão de valores, conhecimentos e de práticas democráticas, nesse contexto, significa impor as dimensões e aspectos que tomam sentido. Serão, assim, ressaltados em função da sua redutibilidade à lógica da reprodução do capital e dos pseudos-valores encontrados e praticados pelo mercado, inclusive em sua noção de verdade, a qual deve ser preservada das distorções quando inerentes em uma lógica mercantil.

E o que relevante para a argumentação, é disso que se trata, isto deve estar traduzido na capacidade pela qual a Instituição universitária têm de se ver e de ser ampliada no bojo da construção da sociedade brasileira.

Mandato estudantil: vozes aos de algumas vozes

Estudantes e não sem a devida importância os Funcionários das Instituições, celebram a realização da Universidade chancelando-a como um espaço público, onde interpenetram-se as dimensões estatal, os supostos democráticos e aquelas próprias da Sociedade Civil. Os elementos de tensão nascem, no nosso quadro atual modernizante, expressamente na condição pela qual direitos e deveres estudantis referenciam-se tanto pela lógica mercantil, quanto pela participação, livre e desejadamente por igual, dentro da Universidade marcada pela maneira política de seu acesso a ela.

As duas formas de tensões são evidenciadas no seu interior através de uma lógica mercantil e daqueles aspectos decorrentes de sua singular inserção como portador da esfera do cidadão comum, advindo que são de todas as classes sociais. Da lógica mercantil condição pela qual se faz presente a própria história da reprodução do capital, em primeiro lugar, por questões diversas, nos surge quase naturalmente a tensão que decorre da concepção pela qual a formação dos estudantes deve estar orientada e voltada para a demanda do mercado de trabalho e, sobre essa motivação, é bom frisar um suposto dever de financiamento da Universidade por parte destes.

Evidentemente que vaza a partir desta lógica a propensão à submissão das atividades internas da pesquisa e formação dos estudantes aos desígnios produtivos e experimentos tecnológicos colocados pela sua própria dinâmica. O estado da arte desses processos, por seu turno, vão determinar e informar as demandas que lhe são peculiares e, assim, configurar os vínculos entre os tipos de mercado, aqui o de trabalho, e a submissão da Universidade a esta configuração.

Segue-se, que como herança e proposição daquele projeto modernizante, também a astuta pretensão de redução em custos da formação, a qual ai implícita caminha junto com a noção de incorporação, cínica obviamente, da classe dos trabalhadores no ensino superior nos termos desse modelo. Igualmente, segue-se a reestruturação interna da Instituição para servir a essa condição específica. Bem como, traz também em seu bojo a ideia de que o estudante, na forma de uma herança do período da Ditadura, tem o dever apenas de nela estudar, sem aderir a causa da formação pedagógica mais ampla que esta deve pressupor.

E, em suas formas mais grosseiras, posiciona o estudante como clientes ou mesmo meros consumidores, sem nenhuma importância ou relevância para as condições de criação do próprio conhecimento e dos rumos da instituição universitária, exceto para empobrecer a compreensão da complexidade narrativa do processo como um todo.

Em segundo lugar, o que é deixado na forma de uma recusa para os estudantes é o da sua intervenção como um cidadão comum. Nessa linha busca-se construir a necessidade de formar o Discente à luz das regras da pesquisa, dos valores presentes no comportamento intelectual desenhado pelas narrativas, associando-o com a formação acadêmica mais geral.

Os valores, então, encontrados na maneira pela qual o conhecimento é produzido, suas regras e natureza; as práticas experimentais e de vivência assim induzidas; o laborioso vínculo armado entre essas compreensões e apreensões unificados pela concepção formadora, desprezados como sendo arcaicos e sem utilidade, --- quando visto pelo ângulo dessas argumentações, em última instância, voltadas ao mercado de trabalho,--- tornam-se aqui base

material de inserção deste na Instituição.

Pesquisa e formação, um tipo de prática própria ao mundo universitário, responde e motiva a construção de condutas meritórias, para além da própria Universidade, deve conjugar a maneira pela qual o conhecimento é criado, segundo suas regras, com sua intervenção naquelas dimensões, as quais afinal, tornam-se públicas. Uma meritocracia fundada exclusivamente nos termos da melhor vivência democratizada assim posta e não pelas exigências das regras mercantis as quais lhe sejam estranhas, refuta aquele papel reservado aos estudantes nos termos do enquadramento no mercado de trabalho e especialmente cancela a participação deste na vivência democrática, por onde esses valores meritórios tomam corpo.

A responsabilidade e participação dos estudantes nesse contexto deve operar por dentro da sala de aula; das práticas da pesquisa; pela capacidade deste em voltar-se para a Sociedade brasileira e não só reflexivamente de maneira crítica e em seu envolvimento que concebe suas várias inserções de maneira democrática.

De cabeça para baixo, as contradições gestadas pelo neo-liberalismo, que aprofunda a dinâmica capitalista da sociedade brasileira, mantém e atualiza as relações entre o mundo civil e seus cidadãos. Nesse sentido, a inserção democratizadora dos estudantes retomada, invertendo os pressupostos, por onde nossa condição intelectual move-se quase em forma pura.

Conscientes que se fazem, através da vida acadêmica, da internalização daquelas contradições, nossos estudantes advogam para aqueles os quais suas vozes não pertencem à dinâmica do espaço público. E o fazem reconstruindo os termos do próprio conhecimento assim traduzido, com seus devidos impactos sobre a concepção da própria Instituição acadêmica.

Logo, tanto sua direta inserção na Instituição, como sua indireta atuação social, complementam-se e ampliam as lógicas de perfis democráticos pertinentes ao seu universo de formação.

Ilustrativo e estratégico para tanto é a caracterização, constatação e intervenção determinada pelos estudantes na Sociedade Civil, os quais nos surgem hoje como atualizadores da herança de J. Nabuco na defesa e reinterpretções dos valores e da parcela da população, que encontra nesses sua fala, posição política e seu possível grau de consciência.

Note-se que será em função dessa sua maior responsabilidade e presença socialmente generalizada, que a participação estudantil estende-se a todos os campos onde a produção do conhecimento se faz, referenciada por práticas e valores de natureza republicana. E, em consequência do aumento e da adequação dessa produção, é que se demanda, igualmente, a participação estudantil, inclusive pelo direito formal de participarem em votos, na discussão dos objetivos universitários e nos destinos político e social de toda a Sociedade. O que contesta e coloca as impossibilidades de se ter como referência para a Instituição universitária, um projeto modernizante de natureza civilizatória mercantil.

Retomada através do conhecimento referenciador

Afirmar a condição pela qual se faz uma Instituição Universitária pelos valores e parâmetros das Humanidades

é vital a esse processo de negação. Tanto quanto existe uma recusa frontal na constituição do nosso espírito acadêmico em aceitar essa premissa, como pela constatação mais geral determinada pela própria importância ou desimportante necessidade de se fazer teoria ou produção científica avançada em sociedades com nossas características.

As determinações originárias confrontam-se aqui e atualizam essas formulações à luz de condições que operam a longo prazo e àquelas de natureza tática-conjuntural, que sobrevivem no longo prazo. Ocorre que no conjunto daquela condição originária Sociedade e Universidade conjugam-se nos dilemas das construções mútuas, esta última constitui-se através do laborioso esforço, posto para todas as formas de produção intelectual, de interpretar aquela Sociedade ao interpretar-se a si mesma.

Institucionalizar-se operando por sobre a dinâmica dos esforços da ruptura colocada pela Ditadura Civil-Militar e pelo seu redesenho modernizante, onde a lógica mercantil faz a função de cimenteira necessária aos novos tempos e a Modernidade se põe como escolha, coloca per si as Humanidades no centro referenciador da produção do conhecimento e da reconstrução de uma nova Instituição.

Sua heurística e hermenêutica necessárias para examinarem o longo espectro que a dimensão dos valores toma no corpo da vivência social e individual, que lhe é imanente; a presença fundante da produção e transmissão do conhecimento como uma narrativa, em sua própria construção; e sua vocação a estabelecer no processo a condição do que vem a ser científico ou não, justifica que a Universidade restabeleça para com a Sociedade sua interlocução nesses termos.

Como se trata de uma construção interrompida, estabelecer legitimidades recíprocas longe de afirmar a não essencialidade das Humanidades servirá para superar a lógica daquela ruptura. Logo, como produto e crítica de um mesmo quadro histórico, a Teoria Orientadora vem superar tanto as políticas públicas estatais e seu vínculo mais direto com o Estado ainda que permaneça seu vínculo orgânico, mas também supera a lógica mercantil ao colocar-se como programa de pesquisa para o bem comum.

Um enviesamento que recupera o pressuposto contido no bem comum permite repor a política como forma a mais qualificada em todos os seus processos e suas dimensões, inclusive o quadro externo, para dar os novos contornos que lhe são requeridos. Recompõe, dessa maneira, sua esfera pública, em contraposição aos interesses privados, ao fazer emergir as diversas variáveis que discernem a própria política.

Para além disso que já sabemos e não ocultamos, nos deparamos com o novo quadro onde as Humanidades tendem a ser desqualificadas. Não obstante, de forma ou de outra, esta continua sendo central à conformação da Universidade, pois será graças as pesquisas nelas operantes, que devemos reinventar o Humano e a sua Segunda Natureza.

Claro que não recusar este autêntico legado da tradição universitária pelas caminhos posto no âmbito das Humanidades, como aqui especificado, per si não resolve todas as dificuldades, mas parece ser frente à ausência das utopias nosso melhor legado político e cultural. E posto que se afirma como condição de apreensão da Universidade pela história onde esta se move e pela qual esta atua como um sujeito, suas demandas e permanência futuras vão

dependem da sua capacidade de nela intervir e da sorte dessa contida, nesse mesmo movimento histórico.

Mudanças que ocorram no interior da Sociedade, portanto, ao se rebaterem sobre a Universidade importam e requalificam suas aspirações internas à luz do quadro maior das possibilidades abertas pela crítica tensão derivada do contingenciamento e restrição, mais geral, da reprodução ampliada do capital, preso às suas incapacidades peculiares à reprodução simples capitalista. Dentre os efeitos nesse contexto sobre as Sociedades capitalistas tardias ressalta-se aquele que permite explorar e realizar os elementos potenciais da cultura e da política brasileiras, no sentido da afirmação, aqui, de uma Democracia Radical.

Dessa forma tornar-se imperiosa a produção teórica que articula as condições das mudanças, do ponto de vista dos termos da pesquisa acima alinhavava, bem como na superação das limitações impostas pela explicação teórica submetida aos ditames da pesquisa que emerge pela lógica mercantil. Indo de encontro à singularidade que nos universaliza, tudo indica, o conhecimento referenciador brota da motivação, desejo e necessidades da apreensão da construção dos termos pelas quais nossa vontade geral se torna independente.

Cabe apenas às Humanidades no interior da Universidade falar sobre a natureza desses termos. E, assim, no seu próprio tempo construir sua autonomia e liberdade face ao Estado e à lógica mercantil.

Alguns pontos sobre a intervenção recriadora

Na construção do espírito da época, onde a Universidade surge como livre criadora de si mesma, deve projetar-se, obviamente, a pressuposta igualdade e liberdade da produção e de apropriação do conhecimento para todos os tipos de público. Assim, algumas pontuações que correm nesse sentido.

A pesquisa, em seu sentido amplo, é o objetivo e a matéria fundante da Universidade. Sua manutenção como referência a tudo o de mais que compreende as atividades acadêmicas ao expandir sua necessidade, estranhamente e de maneira não-linear, esclarece e coloca os limites do próprio conhecimento.

Para tanto, a que conceber e tratar da pesquisa como ponto de amparo para a produção do conhecimento, de um lado, segundo *seus termos, interpenetrações e tempo internos, normas e lógicas próprias*. O caminho do esclarecimento perfaz ele mesmo, através das interrogações que lhe são inerentes e maturidade de suas postulações, a justificativa e necessidade de se auto questionar pelos limites alcançados na produção teórica.

Genericamente, pesquisar e produzir teoria justifica-se à luz do mero reconhecimento de que não conhecemos o suficiente nem desta Sociedade e tampouco para ofertar a ela seu próprio sentido. Arelado, claro, as impossibilidades decorrentes de constituir-se aqui uma proveitosa realidade social-histórica para tanto, o que nos empurra continuamente para novas descobertas. Pressiona igualmente nesse sentido, os ditames da nossa lógica interna, que prediz a estagnação do conhecimento sempre que este se mova apenas no âmbito daquilo que já é conhecido.

A liberdade contida na proposição da pesquisa expressa na gama de práticas, conjunções, releituras diversas e

intuições iniciais que nos move, e o que a sustenta, deve ser protegida das demandas colocadas pelos determinantes e lógica mercantis. Deve, ainda, manter nesse seu processamento a dubiedade, a dialética e os elementos mais complexos de si em sua relação para com o que deva ser apreendido.

O vínculo com a docência vai decorrer, sempre genericamente, por seu turno, da necessidade de transmitir, mantendo-se, as complexas dimensões que perfazem os planos da pesquisa. Nesse sentido, o exercício da docência encaminha-se como uma responsabilidade de a partir desse complexo propor diuturnamente como este deve ser assim mantido como premissa para sua simplicidade. Antepor novos questionamentos àqueles construídos de maneira complexa, implica em aumentar os elementos complexos provenientes daquele entendimento anterior para aqueles que coabitam o mundo acadêmico e seus procedimentos.

A valorização do trabalho docente e, portanto, de sua carreira trará o requisito nuclear de no processo formativo esclarecer essa condição pelo qual uma realidade complexa, demanda uma pesquisa e um esclarecimento igualmente complexos. E no caminho da chegada de sua compreensão, se existir um único suposto didático-pedagógico, este se faz pela apreensão dos elementos complexos lá presentes.

Logo, preparar e ministrar a aula significa intervir no e pelos termos da pesquisa e do debate por ela cometidos, segundo a temática que apresenta. A elaboração do seu programa de trabalho já é um investimento que propõe os termos daquela intervenção, dando aos seus supostos a *natureza pública e publicada* das questões assim envolvidas, junto com a formação que estruturalmente se faz para além da transmissão de uma mera informação.

Cabe-se afirmar, nesse contexto, o já conhecido: necessitamos de mais Universidades públicas para fazer frente à essa lógica própria da pesquisa e formação, bem como de uma maior quantidade de docentes para uma menor de discentes, por sala de aula. E uma maior quantidade de docentes para uma maior de discentes na Universidade como um todo. Uma menor quantidade de carga-horária por docente e para o corpo discente e melhores salários para aqueles que tem a predisposição para pesquisar e formar.

Porquanto assim no bojo mesmo daqueles gastos que revestem-se como vitais para sustentar a vida política democrática que se aspira, as Universidades públicas parte que são dessa mesma condição democrática, invocam para o sustento de suas atividades parcelas desse recursos. Sua manutenção e expansão, quantitativa e qualitativa, tem no computo dos gastos da vivência social democratizada sua legitimidade. O aporte de recursos financeiros que se dão através do recolhimento de tributos que viabilize no tempo sua forma de ser, por parte do Estado, expressa com o quantum de democracia desejamos e operamos.

E é nesse sentido que deve ocorrer uma maior majoração tributária destinada aos investimentos na Universidade Pública, para que o exposto acima se coloque, a qual hoje demandamos.

